

Lei Complementar nº 036 de 05 de julho de 2019.

Institui o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR e o Fundo Municipal do Turismo - FUMTUR e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO, ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais e constitucionais, faço saber que a Câmara Municipal de Governador Edison Lobão, Estado do Maranhão, aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Art. 1º Fica Instituído o Conselho Municipal de Turismo de Governador Edison Lobão-MA
COMTUR como órgão colegiado consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, destinado a promover e incentivar as ações de Turismo no Município de Governador Edison Lobão-MA.

#### CAPÍTULO II DA ESTRUTURA

- **Art. 2º** O Conselho Municipal de Turismo de Governador Edison Lobão COMTUR compor-se-á de membros representativos da comunidade, com vínculo e interesse no desenvolvimento turístico do Município.
- Art. 3º O Conselho Municipal de Turismo de Governador Edison Lobão COMTUR terá entre seus membros representantes do Poder Público Municipal, da iniciativa privada e da sociedade civil, da seguinte forma:
  - I Membros do Poder Público Municipal:
  - a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
  - b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
  - c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio;
  - d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer;





- II Membros da Iniciativa privada/Sociedade Civil;
- a) 01 (um) representante dos meios de hospedagem;
- b) 01 (um) representante do setor de Gastronomia;
- c) 01 (um) representante de agentes de viagem;
- d) 01 (um) representante do setor de organização e produção de eventos;
- e) 01 (um) representante da associação comercial do município;
- f) 01 (um) representante da associação de artesãos municipais;
- g) 01 (um) representante da associação de taxista e mototaxistas;
- § 1º Todos os Conselheiros Titulares do COMTUR terão suplentes que deverão pertencer ao mesmo órgão público, sociedade civil ou segmento da iniciativa privada e que substituirão aqueles em suas ausências ou impedimentos.
- § 2º Os membros titulares e suplentes do Conselho relacionados no item I, serão indicados pelo Prefeito Municipal.
- § 3º Os membros titulares e suplentes do Conselho relacionados no item II, serão indicados pela instituição da qual fazem parte, que indicarão também os suplentes que deverão pertencer ao mesmo órgão que os titulares.
- Art. 4º A Diretoria Executiva do COMTUR será composta de:
  - I Presidente;
  - II Vice-Presidente;
  - III Secretário:

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em assembleia dos conselheiros.

#### CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS E DA PERDA DO MANDATO

Art. 5º Ao COMTUR como órgão colegiado de caráter deliberativo e permanente, ressalvadas as competências dos demais órgãos públicos e conselhos municipais cabem as seguintes atribuições:



- I emitir parecer, quando solicitado sobre os processos, projetos ou planos de desenvolvimento de turismo elaborados por entes públicos e/ou privados;
- II organizar e promover amplos debates sobre a profissionalização do turismo e a sua relevância como fonte de divisas para todo o Município;
  - III elaborar e organizar o seu Regimento Interno;
- IV auxiliar na coordenação para incentivo e promoção do turismo no Município, melhorando e ampliando a infra-estrutura turística e qualificando os atrativos turísticos;
- V contribuir para a promoção de campanhas de conscientização da comunidade voltadas à atividade turística;
- VI desenvolver programas e projetos de interesse turístico, visando incrementar o fluxo de turistas ao Município, respeitada sua capacidade receptiva, assim como seus patrimônios ambiental e cultural;
- VII estudar e propor medidas de difusão e fomento ao turismo no Município, em colaboração com os órgãos e entidades especializadas;
  - VIII colaborar na elaboração e divulgação de calendário de eventos do Município;
- IX programar e executar debates sobre os temas de interesse turístico para a cidade e região;
- X diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico bem como orientar sua melhor divulgação;
- XI formular as diretrizes básicas, que serão observadas na política municipal de turismo:
- XII manter intercâmbio com as diversas entidades de turismo do município ou fora dele;
- XIII propor resoluções, atos ou instruções regulamentares necessárias ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo;
- XIV estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a



infraestrutura adequada à implantação do turismo;

- XV promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo e apoiar a Prefeitura na realização de feiras, congressos, seminários, eventos e outros de relevância para o turismo;
- XVI propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo no Município e emitir parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da indústria turística;
  - XVII eleger seu presidente e vice-presidente;
- **XVIII -** apoiar e colaborar de todas as formas, sempre que solicitado nos assuntos pertinentes ao turismo.
- Art. 6º Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Turismo:
  - I representar o Conselho em toda e qualquer circunstância;
- II organizar a ordem do dia das reuniões ordinárias e solicitar ao Secretário que envie a pauta aos membros, no prazo mínimo de 03 (três) dias de antecedência;
- III convocar as reuniões extraordinárias, dando ciência a seus membros com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, por contato telefônico, por correspondência oficial, correio eletrônico ou pessoalmente;
  - IV coordenar as atividades do Conselho:
  - V cumprir as determinações do Regimento Interno;
  - VI propor ao Conselho as reformas do Regimento Interno;
  - VII cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho;
- VIII responsabilizar-se pela publicação do balanço com os atos do Conselho e dos recursos utilizados:
- IX adotar as providências necessárias ao acompanhamento, pelo Conselho, da execução dos projetos e propostas de interesse turístico do Município;



- X convidar pessoas de áreas de interesse turístico para participar das reuniões, com direito a voz e não a voto, com o objetivo de colaborar com o Conselho;
- XI garantir ampla publicidade aos atos do Conselho, fortalecendo-o como fórum democrático e com o devido controle social;
- XII determinar a verificação de presença de seus membros, através das atas redigidas pelo Secretário;
  - XIII conduzir a plenária para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
  - XIV colocar matéria em discussão e votação em não havendo consenso;
- XV decidir sobre questões de ordem ou submetê-las à consideração dos membros do Conselho, quando omisso o Regimento;
  - XVI propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;
  - XVII mandar anotar os precedentes regimentais, para solução de casos análogos;
- XVIII estabelecer relação para o estudo preliminar dos assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- XIX conferir os livros e documentos destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;
  - XX encaminhar o destino do expediente lido nas sessões;
- XXI agir em nome do Conselho, ou delegar representação aos membros, para manter os contatos com as autoridades e órgãos afins;
- **Parágrafo único.** Compete ao Vice-Presidente do COMTUR: substituir, auxiliar e representar o Presidente, quando necessário.
- Art. 7º Compete ao secretário executivo:
- I assessorar a coordenação na elaboração das pautas das reuniões e nas matérias técnicas;
  - II secretariar as reuniões do Conselho e das Câmaras Técnicas:





- III redigir as atas das reuniões que serão aprovadas na reunião seguinte;
- IV receber todo o expediente endereçado ao Conselho, registrar e tomar as providências necessárias;
  - V responsabilizar-se pelos livros, atas e outros documentos do Conselho.

#### CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS E DAS REUNIÕES DO CONSELHO

- **Art. 8º** O Conselho Municipal de Turismo de Governador Edison Lobão-MA COMTUR reunir-se-á ordinariamente pelo menos 01 (uma) vez a cada 02 (dois) meses, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou mediante solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros titulares.
- **Art. 9º** As reuniões serão conduzidas pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente, conforme decidirem entre si.
- Parágrafo único. As decisões do Conselho serão tomadas pelos presentes na reunião, que tenha quórum mínimo de maioria absoluta, entendida como 50% (cinquenta) por cento, acrescido do 1º (primeiro) número inteiro na 1ª (primeira) convocação dos membros do COMTUR 15 (quinze) minutos, após não havendo quórum, será decidido por maioria simples.
- **Art. 10** O COMTUR considerar-se-á constituído, quando empossado os seus membros, que deverão permanecer no cargo até última sessão do "ano par" devendo a reunião de escolha dos conselheiros ser realizada no mesmo dia, devendo o Presidente do Conselho formar a Comissão responsável que participará da indicação dos membros da Sociedade Civil.

### CAPÍTULO V DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 11 Fica instituído o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, instrumento de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte financeiro às ações municipais nas áreas de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.



Art. 12 O Fundo Municipal de Turismo será gerido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SEMUC, sob a orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Turismo -COMTUR.

### CAPÍTULO VI DA CONSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO FUMTUR

- **Art. 13** O Fundo Municipal de Turismo FUMTUR, poderá receber recursos orçamentários destinados pelo orçamento geral do Município, pelo Estado e pela União, além de:
- I receitas provenientes de cessão de espaços públicos municipais, para eventos de cunho turístico e de negócios;
- II rendas provenientes da cobrança de ingressos e receitas, promovidas por ações dos gestores do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR;
- III poderá receber dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento do Município, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;
- IV doações de pessoas físicas e jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais, nacionais ou estrangeiras, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados:
- V contribuições de qualquer natureza, destinadas ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, sejam públicas ou privadas;
- VI recursos provenientes de convênios destinados ao fomento de atividades relacionadas ao turismo, celebrado com o Município;
- VII produtos de operações de créditos, realizadas pelo Município, observadas a legislação pertinente e destinadas a este fim específico;
- VIII rendas provenientes da aplicação financeira de seus recursos disponíveis, no mercado de capitais;
  - IX outras rendas eventuais.





Parágrafo único. Os recursos descritos neste artigo serão depositados em conta especial a ser aberta e mantida em Instituição Financeira Oficial, sob a denominação de "Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR."

Art. 14 As receitas do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, deverão ser processadas de acordo com a Legislação vigente, sendo utilizadas em programas e projetos exclusivamente voltados ao turismo, a ser desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

#### CAPÍTULO VII

#### DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR

- **Art. 15** Os recursos do Fundo Municipal de Turismo FUMTUR serão, exclusivamente, aplicados em:
- I pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas, de direito público ou privado, para execução de programas, projetos específicos do setor de Turismo;
- II aquisição de material permanente, de consumo, e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos diretamente ligados ao turismo;
- III financiar total ou parcialmente, programas e projetos de turismo, através de convênios;
- IV desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo:
- V aplicação de recursos em quaisquer projetos turísticos e de eventos de iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e do Conselho Municipal de Turismo de Governador Edison Lobão - MA - COMTUR, que desenvolvam a atividade turística, no município.
- Art. 16 Obedecida à Legislação em vigor, quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades estabelecidas nesta Lei, os recursos do Fundo Municipal de Turismo FUMTUR poderão ser aplicados no mercado de capitais, cujos resultados a ele reverterão.
- Art. 17 Na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo FUMTUR, observará:



I - as especificações definidas em orçamento próprio;

 II - os planos de aplicação e respectivos demonstrativos de recursos, por origem, observada a Legislação orçamentária.

Parágrafo único. O orçamento e os planos de aplicação do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, observarão rigorosamente as diretrizes traçadas pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

### CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- **Art. 18** A organização funcional e o detalhamento da competência do Conselho Municipal de Turismo serão definidos no Regimento Interno, elaborado e aprovado pelo Conselho no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de publicação desta Lei.
- Art. 19 O Poder Executivo nomeará por ato próprio o Conselho Municipal de Turismo.
- **Art. 20** O mandato dos membros do Conselho Municipal será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.
- **Art. 21** As funções dos membros do Conselho Municipal de Turismo, serão consideradas de relevante interesse público e exercidas sem ônus para o município.
- **Art. 22** As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento vigente, suplementadas se necessário.
- **Art. 23** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Chefe de Gabinete, a Faça publicar, registrar e correr.

GABINETE DO PREFEITO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO - MA, 05 DE JULHO DE 2019, 198º DA INDEPENDÊNCIA, 131º DA REPÚBLICA.

GERALDO EVANDRO BRAGA DE SOUSA

Prefeito Municipal